



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 01 - Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia

Capital-imperialismo e dependência: fundamentos do poder oligárquico no Brasil contemporâneo

Julio Cesar Gonçalves da Silva¹

INTRODUÇÃO

A persistência de famílias tradicionais no controle das instituições políticas, econômicas e culturais constitui um dos traços mais duradouros da formação social brasileira. Com base no mapeamento dos indivíduos que ocupam os cargos — eletivos ou não — que compõem os centros de poder e, a partir daí, da construção de prosopografias e outros métodos de investigação genealógica da rede familiar desses agentes, a Sociologia Histórica e Genealógica tem descortinado a existência de uma verdadeira oligarquia plutocrática incrustada no Estado brasileiro (Oliveira, 2018). Seu grande mérito é dar nome (e sobrenome!) aos bois, apresentando as classes dominantes não como uma mera abstração, mas em carne e osso, indicando o caráter de classe do Estado no nível individual e familiar. Eis que a política se revela como “negócio

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Colombo, julio.silva@ifpr.edu.br

de família e um negócio de ricos” (Oliveira, 2012, p. 18). Tal possibilidade é dada pelo grande fosso social da sociedade brasileira. Não que inexista mobilidade social, mas essa é muito limitada em função dos mecanismos políticos e sociais criados pelas redes familiares e de parentesco para a transmissão hereditária de riqueza e poder. Mesmo quando ocorre alguma ascensão social, os novos ricos ou políticos e carreiristas sem tradição familiar necessitam (e desejam!) se integrar, mediante uniões matrimoniais, com membros das famílias tradicionais e assim se beneficiar dos privilégios de uma realidade em que ainda vigora a patronagem e o clientelismo como forma societária e de atuação do Estado.

O objetivo deste trabalho não é empírico, isto é, não visa oferecer ainda mais evidências para esta perspectiva, mas compreender teoricamente os determinantes histórico-estruturais dessa oligarquização e de sua continuidade. Metodologicamente, articula revisão bibliográfica crítica com análise das transformações estruturais da economia mundial, latino-americana e brasileira e de sua expressão na cena política, buscando apreender as mediações entre capital-imperialismo, dependência e oligarquização. A hipótese defendida é a de que a continuidade genealógica das classes dominantes não é um resíduo arcaico, mas expressão necessária da estrutura de reprodução do capitalismo dependente. Para esse fim, inicialmente argumenta-se que a depleção externa da riqueza nacional bem como a superexploração e a autocracia burguesa que daí decorrem conformam o solo estrutural da oligarquização. Depois, investiga-se o processo de formação do capital-imperialismo no pós-guerra e, em seguida, a conversão da burguesia brasileira em agente ativo do capital-imperialismo. Por fim, examina como a constituição de uma teia política internacional reconfigura a "dupla articulação" entre interesses internos e externos e como esse processo condicionou os limites e as possibilidades dos governos do PT no período de 2003-2016 e as consequências de sua crise.

CAPITALISMO DEPENDENTE E AUTOCRACIA BURGUESA

Fruto da expansão da chamada “civilização ocidental”, a história da América Latina também está ligada a dinamismos internos. Inicialmente, através da constituição de um sistema colonial escravista e estamental com graus diversos de autonomia em relação às metrópoles. Depois, por modos muito particulares de transição para o modo de produção capitalista por meio de processos de revoluções burguesas, as quais atuaram mais no longo prazo e no nível estrutural do que como rupturas insurrecionais que supostamente poderiam repetir as vias clássicas para o capitalismo (Fernandes, 2009). Conciliando a dominação colonial e imperialista

com as relações tradicionais de domínio interno, o arcaico com o moderno, criou-se não uma realidade dual, mas um capitalismo *sui generis*, econômica, sociocultural e politicamente dependente e com níveis extremos de desigualdade de riqueza, prestígio social e poder.

Do ponto de vista das influências externas, o desenvolvimento da América Latina foi determinado por quatro distintos padrões de dominação dos países centrais sobre ela: a colonização espanhola e portuguesa, um breve domínio neocolonial, o imperialismo clássico e, por fim, o imperialismo total (Fernandes, 2009). Em cada um desses padrões de dominação, os grupos sociais dominantes locais se impuseram por meio da associação, de forma contraditória, mas subalterna, com os interesses dos centros hegemônicos. O capitalismo latino-americano, portanto, se desenvolveu incorporando de modo subordinado os dinamismos provenientes das economias mais avançadas. Em cada transição, realizou-se uma modernização conservadora em que as estruturas econômicas, socioculturais e políticas herdadas do período anterior foram se adaptando por meio de processos conciliatórios pelo alto e de exclusão das grandes massas da participação em uma vida democrática que, em função disso, tornou-se restrita a uma minoria. Como consequência desse processo, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina ficou limitado pela própria extração colonial e imperialista.

Essa depleção externa consiste, essencialmente, na transferência da mais-valia extraída internamente. Entretanto, seria um erro ver aí uma relação de exploração das burguesias dependentes pelas burguesias dos países centrais. Na realidade, quem arca com os custos dessa transferência são as classes trabalhadoras (Fernandes, 2009, p. 52). Essa ideia é melhor desenvolvida pelo conceito de superexploração tal como elaborado por Ruy Mauro Marini. Para compensar a possível redução da taxa de lucro produzida pela transferência de mais-valia para os países centrais, as classes dominantes latino-americanas recorrem sistematicamente a três mecanismos complementares: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário” (Marini, 2011, p. 149). Esses três mecanismos criam, seja pela baixa remuneração, seja pelo esgotamento físico e mental, uma relação que não permite sequer a reprodução física adequada da força de trabalho. Assim compreendido, o conceito de superexploração é decisivo para explicar tanto a enorme desigualdade social e marginalização social de amplas camadas populacionais na região, quanto o relativo subdesenvolvimento econômico. Devido à necessidade de manter a superexploração, a burguesia latino-americana se incapacita para forjar um desenvolvimento endógeno, restringindo a possibilidade de expansão do mercado interno. Polemizando com a posição de Fernando Henrique Cardoso (1973) de que o desenvolvimento capitalista, ainda que

dependente, substituiria a mais-valia absoluta pela relativa, Marini (2011) demonstra que esse processo, longe de superar a era da superexploração, a repôs em novas e mais complexas bases. Por um lado, a superexploração foi um grande impulsionador da industrialização em função do seu grande poder de atração de um capital internacional que, no período do pós guerra, encontrava-se em abundância — tanto na forma financeira, quanto na forma de capital fixo — e, portanto, necessitando encontrar novas fontes de investimento. Por outro lado, permitiu ao capital nacional compensar o impacto negativo do aumento da composição orgânica do capital resultante da industrialização. Havia, portanto, uma confluência de interesses para garantir e até mesmo intensificar a superexploração. Ao dispensar a necessidade de uma incorporação política e econômica da classe trabalhadora e, pelo contrário, mantê-la sob controle repressivo e manipulatório para reproduzir a superexploração, a dominação burguesa converteu-se em uma autocracia que se caracteriza pela “monopolização dos centros de decisão pelos círculos sociais e econômicos interessados (internos e externos)” e que realiza uma “modernização autoritária como fator adverso à descolonização” (Fernandes, 2009, p. 61).

Em suma, o desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina se apresenta como uma “dupla articulação”, ou seja, articula os interesses heterogêneos das diferentes frações da burguesia interna com os interesses das nações dominantes e capitais externos. No Brasil, a explicação para o exercício desse papel pela burguesia encontra-se no seu processo histórico de formação de classe. Ela surge de uma forma compósita, proveniente de muitas origens, sobretudo, em razão da decomposição das antigas oligarquias que se aburguesam e da emergência de novas camadas que se tornam privilegiadas pela possibilidade de explorar, muitas vezes por via da associação com os agentes externos do imperialismo, uma força de trabalho nacional cuja mercantilização se generaliza. Cria-se assim uma classe dominante que se apresentou, mesmo após a proclamação da República, como uma plutocracia oligárquica com privilégios quase estamentais. Ou seja, a burguesia não surge como uma nova classe que toma o poder das antigas classes dominantes alargando a esfera da vida democrática para conquistar o apoio das classes populares. Pelo contrário, a revolução burguesa no Brasil ocorreu por meio da “coalescência estrutural dos vários estratos e das várias categorias econômicas que formavam as ‘classes possuidoras’, crescentemente identificadas com uma concepção burguesa do mundo e com um estilo burguês de vida” (Fernandes, 1975, p. 311). Por esse caminho se forma uma solidariedade baseada na comunidade, contraditória e conflituosa, de interesses particulares que enxergam na própria dominação imperialista externa a via mais rápida e segura para o seu rápido enriquecimento. Paradoxalmente, “o que mais

debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e atuação política, foi a maneira pela qual pretenderam fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais" (Fernandes, 2009, p. 62). Incapazes de criar uma vontade unitária nacional incorporando os interesses das classes subalternas, as diferentes frações da burguesia forjam sua unidade tendo como foco o próprio superprivilegiamento e a "autodefesa coletiva dos interesses materiais comuns, que compartilhavam como e enquanto classes possuidoras" (Fernandes, 1975, p. 335).

Essa unidade, porém, não é automática nem permanente. Forjada negativamente como força de contenção das classes populares, ela precisa ser constantemente rearticulada diante de crises e conflitos entre suas diferentes frações. Para isso, do ponto de vista ideológico, "anima uma racionalidade capitalista extremamente conservadora", em que a defesa da ordem, da propriedade, da família, da tradição, do cristianismo e da civilização ocidental contra o inimigo comunista (real ou imaginário) se apresenta como justificativa para "a perpetuação do superprivilegiamento econômico, social e político" (Fernandes, 2009, p. 107). Dessa forma, a convergência de interesses deve ser obtida mediante o temor do inimigo de classes ou até mesmo imposta, o que transforma a relativa incapacidade de suas frações hegemônicas em representarem um interesse geral em uma hipertrofia do poder de Estado. O que explica a constante "associação com os militares" e "militarização das estruturas político-administrativas" como solução para as crises, convertendo a "impotência em seu reverso, em uma força incontrolável" (Fernandes, 1975, p. 307). Por mais tosca que seja essa forma de hegemonia, a burguesia brasileira assegurou, por meio desse "excedente de poder", a capacidade de: "1º) desbaratar as pressões inconformistas pró-burguesas e as pressões antiburguesas; 2º) garantir um máximo de autonomia histórica no controle de classe das sucessivas transformações subsequentes da ordem" (Fernandes, 1975, p. 338).

O CAPITAL-IMPERIALISMO

O momento chave para compreender a continuidade, no tempo presente, da plutocracia oligárquica é sua transição para o capitalismo monopolista e financeiro, entre os anos 1950 e 1970, e sua atualização no contexto neoliberal. No período marcado pelo fim da II Guerra Mundial e pela Guerra Fria, o capitalismo mundial passou por uma importante reconfiguração. A sobrevivência da União Soviética e sua consolidação como uma potência econômica e militar expansionista colocava um desafio para a sobrevivência do próprio capitalismo. Sob uma

intensa hegemonia econômica e, sobretudo militar, dos Estados Unidos, o desafio das nações imperialistas era triplo: 1) conter a classe trabalhadora no seu próprio interior; 2) isolar o bloco socialista e acomodar pacificamente as contradições intra-imperialistas; 3) garantir condições para a manutenção do expansionismo imperialista — condição *sine qua non* para a reprodução do próprio capitalismo — em um contexto de revoluções anticoloniais. Assim, “uma infinidade de entidades foi criada, e as anteriores foram redesenhadas sob crescente influência estadunidense, adensando internacionalmente modalidades originais de organização intercapitalista” (Fontes, 2010, p. 162). Florestan denomina essa nova forma de dominação externa de “imperialismo total”, ou seja, um imperialismo que “não conhece fronteiras e não tem freios” operando “a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras” (Fernandes, 1975, p. 275). Esse novo imperialismo se distingue do anterior por: 1) não atuar mais de fora, como uma força externa, mas por dentro das sociedades por ele dominadas; 2) constituir os territórios dominados, a partir de certo estágio de desenvolvimento, em novas bases de lançamento para a expansão imperialista; 3) se apresentar não apenas como um novo padrão de dominação externa, mas também como um modo de hegemonia burguesa sobre as classes subalternas que se impõe em escala planetária. A dependência se apresenta assim não como mero fruto do acaso, mas de escolhas políticas. Como a burguesia brasileira se apresenta “minada a partir de dentro pelos interesses, valores e influências sociais das sociedades hegemônicas” (Fernandes, 2009, p. 63), ela se torna artífice do capitalismo dependente. Uma espécie de fronteira interna de ação do imperialismo que impede uma efetiva revolução nacional e outro modo possível de desenvolvimento. E, como corolário igualmente inevitável, a necessidade de manter a autocracia burguesa — seja através de democracias restritivas ou por vias mais abertas de fascismo estatal tecnocrático — como forma política capaz de reproduzir essas relações.

Virgínia Fontes avança nessa caracterização do imperialismo total realizada por Florestan através da construção da noção de capital-imperialismo como uma atualização de Lenin. Para Fontes (2010), a enorme concentração e centralização de capitais que deu origem ao imperialismo atingiu um novo patamar no período pós-guerra. As multinacionais começaram a atuar em diferentes atividades, com sedes em diferentes países e com capitais provenientes de diferentes nacionalidades (embora com predomínio de acionistas de um pequeno número de países centrais). Esse processo resultou na “formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros” (Fontes, 2010, p. 165). A separação descrita por Marx (2017) entre o capital portador de juros (propriedade *tout court*) e o capital funcionante (responsável pela

extorsão direta da mais-valia) atinge assim seu apogeu. O capital-imperialismo se apresenta então como uma “propriedade ‘descarnada’ de recursos (ou condições) sociais de produção”, isto é, “não apenas como a propriedade direta dos meios diretos de produção, mas como propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou de sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor” (Fontes, 2010, p. 198). Proveniente da produção social da mais-valia e da sua acumulação privada, este capital financeirizado precisa retornar de forma ampliada ao processo produtivo “sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar” (Fontes, 2010, p. 165). Para isso, necessita derrubar diferentes fronteiras políticas, econômicas, socioculturais e ambientais que impeçam ou obstaculizam sua expansão cada vez mais acelerada mediante processos de expropriação primária (terras, recursos naturais, formas de atividade não capitalistas, etc.) e secundárias (direitos sociais e trabalhistas). O que comumente denominamos de neoliberalismo, que passa a caracterizar a forma política e cultural dominante do capitalismo a partir dos anos 1980 e 1990, descreve precisamente essa ação política do capital-imperialismo para assegurar sua reprodução ampliada.

Devido à financeirização da economia, as mais variadas formas de capitais funcionantes tendem a se fundir e ser colocadas a serviço da valorização do valor. Tal “fusão pornográfica” (Fontes, 2010, *passim*) vai muito além do matrimônio entre o capital bancário e o capital industrial que deu origem ao capitalismo monopolista investigado por Lênin. A enorme socialização da propriedade que se realiza sob a forma de capital-imperialismo, entretanto, ocorre de uma forma que reforça, antes de aplacar, as desigualdades. Controlando simultaneamente diferentes empresas, por meio da compra direta de ações ou da participação em fundos de investimentos, um punhado de bilionários (a maioria cidadãos dos países centrais, mas também muitos provenientes de países dependentes que atingiram a etapa do capital-imperialismo), com riquezas superiores ao PIB de grandes nações, passou a ter um controle inédito sobre variadas áreas da vida econômica, política e sociocultural, estendendo seu domínio em escala efetivamente planetária.

O CAPITAL-IMPERIALISMO NO BRASIL

Embora apresente pronunciados traços de continuidade, a dupla articulação é um processo dinâmico. De acordo com Marini, “ao atingir a etapa dos monopólios e do capital financeiro” (Marini, 2013, p. 256; grifo do autor), a economia brasileira se destacou das demais

economias latino-americanas, configurando uma nova situação política e econômica que ele denomina de subimperialismo. De acordo com o autor, o desenvolvimento desigual dos países dependentes propiciou àqueles que se tornaram mais industrializados a possibilidade de explorarem economias ainda mais débeis. Esse capital que se expandia estava em grande parte associado, com maior ou menor grau de subordinação, ao capital internacional. Portanto, essa expansão subimperialista correspondia, em larga medida, aos interesses dos centros imperialistas. Apesar da consistência teórica da caracterização do Brasil como subimperialista, a noção de capital-imperialismo de Virgínia Fontes (2010) é mais apropriada para colocar em relevo o entrelaçamento do capital nacional com o internacional. Nesta perspectiva, a atuação expansionista das multinacionais brasileiras ou das que operam a partir do Brasil resulta na configuração da economia brasileira em plataforma de lançamento do capital-imperialismo, o que nos permite conceber a participação da grande burguesia brasileira como um agente de destaque em um capitalismo mundial profundamente desigual, mas integrado em rede. Essa não é uma visão consensual no interior do pensamento crítico. Plínio Arruda Sampaio Jr. (2007), por exemplo, na contramão da noção de subimperialismo e de capital-imperialismo, concebe a situação brasileira no contexto mais recente como "nova dependência" com risco de "reversão neocolonial" (Sampaio Jr., 2007, p. 147-148). De acordo com o autor, "o Brasil tende a ser relegado a uma posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente" (Sampaio Jr, 2011, p. 95). No entanto, ainda que essas observações sejam bastante incisivas, é preciso afastar a ideia de que essa reprimarização representa um simples retorno ao passado como sugere a expressão "reversão neocolonial". O estágio de monopolização, financeirização e de integração ao capital-imperialismo atingido pela burguesia brasileira determina certas especificidades nesse processo. A questão decisiva, portanto, é como o capital monopolista e financeiro brasileiro se reconfigurou no atual contexto do capitalismo mundial.

Nessa perspectiva, o setor do agronegócio se destaca por representar, mais que uma modernização do velho latifúndio, uma metamorfose do capital agrário em uma parte integrante e subordinada do capital-imperialismo. Em primeiro lugar, o agronegócio não produz pura e simplesmente alimentos e matérias-primas, *mas commodities*. Ou seja, mercadorias padronizadas cujos preços são em grande medida determinados nos mercados futuros internacionais, servindo de lastro para ativos financeiros negociados globalmente. Em segundo lugar, a produção agrícola e pecuária depende de tecnologia e insumos que são importados ou

produzidos por grandes conglomerados multinacionais e transnacionais instalados no país, como colheitadeiras, tratores, sementes híbridas ou transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos, vacinas, hormônios, etc. Em terceiro lugar, a atividade rural encontra-se subordinada ao conjunto de atividades industriais, comerciais e de serviços — armazenamento, comercialização, distribuição e processamento industrial —, organizadas por frações do capital nacional e internacional que frequentemente determinam o conteúdo, a escala e a forma da produção no campo. Em quarto lugar, a monocultura de larga escala que caracteriza o agronegócio impõe a necessidade de captar amplas fontes de financiamento a cada ciclo produtivo. Como decorrência, o controle efetivo da produção muitas vezes escapa ao proprietário da terra e passa a ser exercido pelo capital portador de juros — bancos, fundos de investimento ou holdings que submetem o capital agrário ao capital financeiro nacional e internacional. Por fim, a própria expropriação de terras tende a mudar de formato: a velha prática de grilagem por grandes latifundiários passa a conviver com a *land grabbing*, a qual consiste na aquisição ou controle financeiro em larga escala de terras por empresas, governos estrangeiros ou grandes investidores para práticas ligadas ao agronegócio, à mineração, ao extrativismo vegetal e à especulação fundiária (Santos, 2023). Esse último elemento explicita o caráter dependente e, ao mesmo tempo, expansionista do capital brasileiro. Por um lado, Santos (2023) observa que 1% das terras brasileiras estão em posse de estrangeiros, o que relativamente pode parecer pouco, mas considerando o tamanho continental do país corresponde a um território bastante significativo. Por outro lado, a crescente presença do capital de origem brasileira na expropriação de terras no Paraguai, frequentemente para o plantio de soja ou outras commodities, exemplifica bem a permanência da característica do Brasil como plataforma de lançamento do capital-imperialismo. De acordo com o levantamento realizado por Castilho e Bassi (6 nov. 2017) para o observatório de jornalismo independente De olho nos ruralistas, os brasileiros detinham 14,2% do total das propriedades rurais do Paraguai. Nos departamentos localizados na fronteira com o Brasil, essa taxa atingia a marca de 60%. O Brasil liderava o número de grandes corporações atuando na apropriação de terras paraguaias (25, contra 11 da Argentina e 8 dos Estados Unidos) e 16 brasileiros figuravam na lista dos 100 maiores latifundiários do país.

Devido à persistência dos traços que caracterizam aquilo que Marini denominou de subimperialismo, adeptos contemporâneos da sua teoria marxista da dependência preferem caracterizar a situação de reprimarização da economia não como “desindustrialização”, mas como uma alteração do padrão de reprodução do capital na América Latina (Ferreira; Pastor;

Luce, 2015). Na atual divisão internacional do trabalho, o padrão industrial crescentemente diversificado que estava em curso foi substituído por um novo padrão de especialização produtiva primário-exportador. A diferença entre esses dois padrões é que, no período analisado por Florestan, a dupla articulação se dava via industrialização associada e agora ocorre por meio da financeirização e exportação de *commodities*. O mecanismo muda, a estrutura permanece. De acordo com Luce (12 de out. 2012), ainda que setores da indústria de transformação, como a produção automobilística, tenham mantido sua posição estratégica, o dinamismo do capitalismo brasileiro passou a ser impulsionado por atividades como o agronegócio, a mineração, a produção de energia e a construção civil. Nesses setores, fortaleceram-se — com captação de capitais, nacionais e internacionais, na bolsa de valores e apoio estatal via BNDES e desonerações fiscais — grandes conglomerados nacionais financeirizados tais como JBS, Marfrig, Vale, CSN, Gerdau, Suzano, Andrade Gutierrez, Petrobras, Axia Energia, Odebrecht e Votorantim. Essas corporações atuam como "pontas de lança" do capital-imperialismo no Brasil, sendo agentes diretos da expropriação de territórios de povos originários e camponeses e da superexploração de trabalhadores em países como Paraguai, Peru, Bolívia e Equador.

A trajetória recente da Eletrobras ilustra bem essa realidade. No segundo mandato do governo Lula, o estatuto da empresa estatal foi alterado para permitir a exportação de capitais, viabilizando a construção de represas em outros países para atender à demanda energética das grandes corporações sediadas no Brasil. Um dos projetos mais importantes em que a Eletrobras se envolveu dentro dessa perspectiva foi a participação na empresa Egassur, a qual recebeu a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Inambari no Peru. Entretanto, em junho de 2011, após uma forte pressão social e bloqueios realizados pela população local, comunidades indígenas e ambientalistas, o governo peruano cancelou a concessão. Em 2022, já sob o governo Bolsonaro, a Eletrobras passou por um processo de privatização que ampliou a participação acionária do capital privado nacional e internacional. Dias antes da capitalização ser aprovada no Senado, em 17 de junho daquele ano, um grupo de investidores da Eletrobras — do qual fazia parte Pedro Batista de Lima Filho, cofundador da 3G Radar — foi recebido pelo então ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, evidenciando a articulação política do capital privado para viabilizar a operação. Entre os acionistas que adquiriram participação na empresa estava justamente a 3G Radar. Uma reportagem da Folha de São Paulo revelou que, apesar de seus 1,3% do capital total e 0,05% das ações da Eletrobrás, os diretores da 3G Radar utilizaram vários estratagemas políticos para garantir assento no conselho de administração da companhia. Em 2025, a empresa já privatizada alterou sua denominação para Axia Energia,

explicitando seu compromisso com a valorização acionária acima de qualquer interesse nacional. Um detalhe importante é que a 3G Radar é gestora dos recursos da 3G Capital. Fundada em 2004 pelos sócios Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, a 3G Capital é uma das empresas que melhor representa a configuração da grande burguesia como parte componente do capital-imperialismo. Segundo a lista Forbes Bilionários Brasileiros 2025, Lemann ocupa a 3ª posição, com patrimônio estimado em R\$ 88 bilhões; Sicupira, a 6ª posição, com R\$ 39,1 bilhões; e Marcel Telles, a 30ª posição, com R\$ 12,5 bilhões (embora já venha transferindo parte significativa de sua fortuna para o filho Max, que estreou na lista em 2025 na 11ª posição, com R\$ 29,3 bilhões). Ao lado dos sócios fundadores, destaca-se ainda Alex Behring, cofundador e sócio-diretor da 3G que figura na 9ª posição na lista Forbes, com R\$ 31 bilhões. Com sede em Nova York, a 3G Capital é uma gestora de *private equity* que atua globalmente, adquirindo o controle acionário de grandes corporações para submetê-las a uma estratégia agressiva de crescimento por meio de fusões e aquisições. De acordo com reportagem do Estadão, seu portfólio inclui o controle ou participação relevante em gigantes globais como a AB InBev (maior cervejaria do mundo, controladora da Ambev), a Kraft Heinz (fabricante de alimentos, em sociedade com o megainvestidor Warren Buffett), a Restaurant Brands International (dona do Burger King, Tim Hortons e Popeyes) e a multinacional holandesa Hunter Douglas (líder em persianas e cortinas). Mais recentemente, em maio de 2025, adquiriu a empresa estadunidense de tênis Skechers — a terceira maior fabricante de calçados do mundo, com vendas anuais de cerca de 300 milhões de pares — por US\$ 9,4 bilhões. O caso da 3G Capital explicita, de forma paradigmática, como a grande burguesia brasileira não apenas se associa ao capital internacional, mas se converte em agente ativo do capital-imperialismo, operando a partir de uma central financeira sediada no exterior e comandando a expansão e a concentração de capitais em escala planetária. A transformação da Eletrobras em Axia Energia e sua integração à órbita de grupos como a 3G Capital simboliza assim, por sua vez, o estágio atual do capitalismo brasileiro como uma plataforma de lançamento do capital-imperialismo.

A POLÍTICA DO CAPITAL-IMPERIALISMO

Para nossos objetivos, é fundamental destacar que o capital-imperialismo não é apenas uma força econômica, mas também um modo de atuação política. Essa dupla característica se expressa, segundo Fontes (2010, p. 197), na constituição de duas teias organizativas sobrepostas: uma econômica dada pela fusão pornográfica de capitais e uma política dada pela

construção de aparelhos de hegemonia de alcance internacional. Essa segunda teia compreende:

- 1) órgãos oficiais multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, fundamentados no princípio falsamente democrático da participação acionista que, como decorrência, conferem centralidade aos interesses das nações hegemônicas em geral e, sobretudo, dos Estados Unidos;
- 2) frentes móveis internacionais compostas por fundações privadas, *think tanks*, ONG's, etc., as quais são “abertamente sustentadas por generosas doações empresariais (e, em alguns casos, também governamentais), mas sem vínculos diretos” (Fontes, 2010, p. 174). Expressando politicamente a socialização da produção, estas instituições “forneciam os elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo” (Fontes, 2010, p. 174-175). Para isto, “promoviam novas carreiras cosmopolitas, para as quais se exigia uma plena adaptação à sua finalidade: formavam e empregavam militantes-ideólogos” (Fontes, 2010, p. 175). Atuavam, portanto, “como centros internacionais de formação intelectual, moldando comportamentos, ajustando-os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva” (Fontes, 2010, p. 175).

Um dos efeitos da expansão do capital-imperialismo foi a industrialização dependente de algumas nações periféricas privilegiadas, incluindo o Brasil. Nesse contexto, a fraqueza da burguesia brasileira deve ser vista como algo apenas relativo. Como alerta Virgínia Fontes (2010, p. 161): “Não se deve esquecer, entretanto, que esse transbordamento da industrialização para outros países se realizava de maneira seletiva, em função do grau de segurança à propriedade, do controle político ali exercido”. Na realidade, conforme o capital se acumula e com ele as contradições desse modo de produção, mais necessária se torna para a sobrevivência do capitalismo a existência de uma burguesia forte na periferia do sistema, “capaz de saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressiva da dominação burguesa” (Fernandes, 1975, p. 294). Revolução burguesa tardia, ela se converte, por essa mesma razão, no polo mais avançado da contrarrevolução em uma época da atualidade do socialismo. Uma verdadeira vanguarda do atraso. Com a eclosão de lutas sociais potencialmente internacionalistas na década de 1960 — que extrapolaram os limites dados pela Guerra Fria atingindo tanto nações capitalistas centrais e periféricas como formações autodenominadas socialistas —, o mundo capitalista se viu diante da necessidade de repetir a experiência brasileira. “A contrarrevolução preventiva [...] se torna condição da acumulação burguesa dependente, num primeiro momento, e da ordem burguesa como um todo, no predomínio do capital-imperialismo” (Fontes, 2010, p. 152).

As frentes móveis internacionais do capital ganharam centralidade nesse processo ao atuarem, embora como redes interconectadas e não um poder unificado, como uma espécie de Internacional Capitalista. No caso brasileiro, para organizar eficazmente sua contrarrevolução preventiva e permanente, a burguesia se submeteu de bom grado ao “apoio” externo que lhe era oferecido com a intenção de difundir um modo de vida que assegurava o predomínio dos interesses forâneos. Forjou-se assim uma privilegiada tecnocracia privada e estatal altamente comprometida com os interesses imperialistas e, portanto, com a reprodução ampliada da dupla articulação. Recrutada entre os membros das famílias tradicionais — ou funcionando como via de acesso para novos emergentes no seio dessa estrutura parental —, essa tecnocracia treinada no exterior preparou o salto industrializante em direção ao capitalismo monopolista e financeiro assegurando, ao mesmo tempo, a continuidade do predomínio e a extensão de uma plutocracia oligárquica. Eis que a dominação política da burguesia brasileira se revela em toda sua clareza: “Em suas modalidades mais brandas e estáveis, esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista. Nas modalidades mais ‘duras’ e externas, [...] esse Estado é totalitário e dissimuladamente fascista” (Fernandes, 2009, p. 105).

Na transição e consolidação do regime democrático no Brasil, a teia política do capital-imperialismo tornou-se ainda mais fundamental. Ela foi precisamente o mecanismo que permitiu a autocracia burguesa e política do capital-imperialismo ser imposta de forma consensual em um contexto em que a pura força não poderia sustentar uma dominação que havia se complexificado. Ainda que a cooptação das lutas sociais que haviam se radicalizado no contexto da crise da ditadura seja um fenômeno multideterminado, não é exagero dizer que as frentes móveis internacionais foram decisivas para a sua concretização. Podemos enumerar os seguintes elementos que trazem a marca indelével da ação do capital-imperialismo para corroer por dentro a política da classe trabalhadora: 1) a explosão quantitativa de ONGs que deslocaram o problema da desigualdade social do conflito classista para o gerenciamento do tipo empresarial bem como a militância socialista para o voluntariado filantrópico e sua profissionalização (Fontes, 2010, p. 255-302); 2) a introdução de um sindicalismo de resultados neocorporativista que aceitou passivamente o desmonte neoliberal e a reestruturação produtiva como inevitáveis (Alves, 2000); 3) a transformação de dirigentes sindicais em administradores de fundo de pensão sob o impulso de contrarreformas previdenciárias (Oliveira, 2010); 4) o avanço da “pobretologia” (Fontes, 2010) e do “identitarismo” sobre a esquerda política, social e acadêmica (Barros, 2024); 5) a ação dos aparelhos privados de hegemonia de difusão, inclusive no ambiente escolar e universitário, da ideologia do empreendedorismo como

justificativa para a corrosão do mundo trabalho (Alves; Klaus; Loureiro, 2021). Em decorrência desse processo, o Partido dos Trabalhadores, que havia surgido no contexto de redemocratização como um centro organizativo das lutas dos trabalhadores, passou por um longo e profundo processo de transformismo, tornando-se um partido de “esquerda para o capital” (Coelho, 2023).

Com a eleição de Lula de 2002, em função da prerrogativa do presidente da República para nomeação de cargos, aumentou a heterogeneidade da composição social nos postos centrais do aparelho de Estado, com a presença de líderes sociais e sindicais ao lado de velhas oligarquias. Porém, podemos considerar que os elementos de continuidade prevaleceram e que, portanto, a autocracia não desapareceu, mas se apresentou sob formas mais complexas. Os governos petistas, nessa chave, devem ser lidos como uma “hegemonia às avessas” tal como nas formulações de Francisco Oliveira (2010, p. 25): “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada”. Criou-se assim uma hegemonia sobre as classes populares que teve como fundamento: 1) o consentimento ativo das burocracias dos movimentos sociais e sindicais por meio da ocupação de cargos no aparelho de Estado e da gestão de fundos de pensão; 2) o consentimento passivo dos setores excluídos ou precarizados da classe trabalhadora por meio de políticas paliativas (Braga, 2002). Para sustentar política e economicamente essa forma de hegemonia, os governos liderados pelo PT no período de 2003 a 2016 procuraram conciliar os interesses das diferentes frações da classe dominante com um projeto neodesenvolvimentista ancorado em um reformismo fraco (Singer, 2012). Desse modo, o “lulismo” realizou avanços significativos em termos de inclusão social e distribuição de renda, mas também evidenciou limites e contradições que se agravaram em função dos efeitos de longo prazo da crise mundial de 2008. O contexto dos primeiros sinais de esgotamento dessa hegemonia, por um lado, trouxe a emergência dos trabalhadores precarizados nas lutas sociais, a qual desafiou os modelos tradicionais de organização sindical e política, demandando novas estratégias de resistência e luta, indicando novas possibilidades de reorganização do conjunto da classe trabalhadora (Braga, 2016; Safatle, 2018). Por outro lado, trouxe à tona a mobilização de setores conservadores e reacionários que se encontraram com o precariado rebelde nos massivos protestos de junho de 2013, criando fortes tensões e o clima de polarização social que caracteriza a cena política brasileira desde então (Singer, 2013).

Esse processo culminou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e na eclosão de um movimento de caráter fascista que foi capaz de alçar Bolsonaro à presidência da República na eleição de 2018. Pela primeira vez na história recente do Brasil, a classe trabalhadora

organizada passou a se defrontar com uma força política e social de extrema-direita capaz de organizar grandes massas populares, sobretudo de classe média, para a disputa nas ruas, território que até então era de domínio quase absoluto da esquerda política. Alimentado pela extrema-direita do capital-imperialismo — organizada por figuras como Steve Bannon e tendo a sua frente líderes mundiais como o presidente dos Estados Unidos Donald Trump —, um novo fascismo, de traços ultramodernos, deslanchou ao encontrar enorme afinidade eletiva com a lógica presente na formação social brasileira de superprivilegiamento de classes e de reprodução de uma ideologia ultraconservadora que lhe corresponde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar como a lógica de reprodução genealógica da classe dominante não representa uma simples sobrevivência de um passado, o qual estaria em vias de superação pela modernização das relações sociais. Pelo contrário, nossa investigação indicou que a modernização, tal como ocorreu na realidade, foi um mecanismo social que garantiu a continuidade e até mesmo a ampliação do superprivilegiamento das classes dominantes locais e da extorsão imperialista. A modernização do Brasil o transformou em capital-imperialismo. Desse modo, a dupla articulação não desapareceu, mas se reconfigurou em formas mais complexas e mais seguras. A crença de uma burguesia brasileira capaz de conduzir uma revolução nacional nunca fez muito sentido e hoje faz ainda menos. Quanto mais essa burguesia se fortaleceu interna e externamente, mais se submeteu de bom grado ao imperialismo, mais se associou às suas práticas de depleção de riquezas internas e, quando possível, tornou-se copartícipe do movimento expansionista de expropriações primárias e secundárias contra os povos e classes subalternizados também no exterior.

A autocracia burguesa demonstrou flexibilidade suficiente para resistir e capturar o primeiro governo dos trabalhadores da história do país. E, quando esse não satisfazia mais seus interesses, a classe dominante não hesitou em dar um golpe de Estado e apoiar líderes políticos fascista para aprofundar sua autocracia. A história do Brasil se apresenta assim com aparência de uma grande repetição. Porém, se em cada conjuntura crítica é preciso a força para manter a autocracia no poder, talvez tal repetição não seja tão inevitável. Um regime de opressão pode quase tudo, só não pode suprimir os oprimidos da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A.; KLAUS, V.; LOUREIRO, C. B.. **Do sonho à realização**: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e226115, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100736&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 mar. 2026. Epub 16-Jun-2021.
- ALVES, G. **Do "novo sindicalismo" à "concertação social"**: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Marília: Editora Unesp; Práxis, 2000.
- BARROS, Douglas Rodrigues. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I.Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.
- CARDOSO, F.H. C **Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência**. Cadernos CEBRAP, São Paulo, n. 11, p. 1-52, 1973.
- COELHO NETO, Eurelino Teixeira. Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história.. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006
- LUCE, M.S. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **O padrão de reprodução do capital e o subimperialismo brasileiro.** Parte III: Mathias Luce. HEDLA, UFRGS, 12 de out. de 2012, 1 vídeo (22 min.). Disponível em: https://youtu.be/gRUoTr_TzWo?si=tJn1TPwC2l-Hyyyn. Acesso em: 22 fev. 2026.

MARINI, R.M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Mais-valia extraordinária e acumulação de capital.** Reorient, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2022, p. 11-46.

MARX, K. **O Capital:** para a crítica da economia política. **Livro III:** O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, Jaime; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In; OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-28.

OLIVEIRA, R.C. **Na teia do nepotismo:** sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, R.C.de (Org.). **Família importa e explica:** instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.

SAMPAIO JR., P A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: BORON, Atilio A. (Org.). **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia.** Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 143-155

_____. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Crítica e Sociedade:** revista de cultura política, Uberlândia, v. 1, n. 3, dez. 2011, p. 85-93.

SANTOS, D. E. M. C. **“Agro é tudo”:** reestruturação produtiva e hegemonia do agronegócio no Brasil. 2023. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço.** São Paulo: Três Estrelas, 2018.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. **Brasil, junho de 2013:** Classes e ideologias cruzadas. In: Novos estudos – CEBRAP, no.97, São Paulo, Nov. 2013.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.